



LEI Nº 2.531 - de 27 de dezembro de 1994.

“Dispõe sobre o corte e a poda de árvores e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUGUAIANA:

Faço saber, em cumprimento ao disposto no Art. 96, inciso IV, da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O corte ou poda de árvores de que trata o Art. 202, parágrafo 7º da LOM, fica regulado através desta Lei.

Art. 2º Aquele que podar ou cortar árvores em vias e logradouros públicos, sem licença do órgão competente ou causar outros danos às mesmas, além da reparação estará sujeito às seguintes penalidades:

- I – Multas ;**
- II – Apreensão e**
- III – Embargo.**

§ 1º A multa é fixada em 5 (cinco) UPRMs por árvore podada ou cortada.

§ 2º A apreensão consiste na tomada dos objetos que constituírem a infração ou com os quais esta é praticada.

§ 3º O embargo consiste no impedimento de continuar efetuando qualquer ação que venha em prejuízo da conservação da arborização das vias e logradouros públicos.

Art. 3º As penalidades estabelecidas nesta Lei não prejudicam a aplicação de outras de mesma natureza pela mesma infração derivada de transgressões às Leis Federais e Estaduais.

Art. 4º Quando a infração for coletiva, a pena será aplicada aos infratores na medida de sua culpabilidade.

Art. 5º Ao infrator que incorrer, simultaneamente, em mais de uma penalidade, aplicar-se-á a média de ambas infrações aumentadas de 2/3 (dois terços).

§ 1º Ao reincidente a pena será aplicada em dobro.

§ 2º Os infratores poderão ser obrigados, além das penalidades previstas nesta Lei, a plantarem novas árvores em locais indicados pelos órgãos do Meio Ambiente e a cuidarem pelo prazo de cinco (5) anos.

Art. 6º – As podas somente poderão ser feitas na arborização das vias e logradouros públicos, com determinados objetivos, tais como:

I – Para eliminar ramos mortos ou definhantes, que constituam um perigo ao ameaçarem cair ou tornarem-se focos de infecção;

II – Para corrigir uma tendência da árvore a crescer assimétrica ou demasiadamente alastrada;

III – Para facilitar, desde os primeiros tempos de vida, seu desenvolvimento harmonioso;

IV – Para facilitar o trânsito de pedestres;

V – Para evitar que galhos toquem nos fios elétricos permitindo, neste caso, a poda em V ou túnel.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO RIO BRANCO**



Art. 7º Os ramos vivos devem ser eliminados em períodos de parada de crescimento, ou seja, durante o inverno antes da seiva primaveril circular, podendo os ramos mortos serem eliminados em qualquer época do ano.

Art. 8º A liberação da poda ou substituição de árvores em vias e logradouros públicos somente será permitida pela Divisão do Meio Ambiente, da Secretaria da Saúde e Meio Ambiente, seguindo as normas abaixo:

I – A solicitação com a justificativa deverá ser protocolada na Prefeitura, após o pagamento das taxas, a qual encaminhará para a Secretaria de Saúde e Meio Ambiente.

II – As liberações da poda, corte ou substituição das árvores serão dadas por escrito pela Divisão do Meio Ambiente, através de formulário próprio com parecer de técnicos da área biológica.

III – Os formulários de licença deverão detalhar o tipo de poda, corte ou substituição;

IV – Toda poda realizada pela Prefeitura deverá ser acompanhada por técnico especialista na matéria.

Art. 9º Qualquer árvore do Município poderá ser declarada imune ao corte mediante ato do prefeito Municipal, por motivo de raridade, localização, antiguidade, de seu interesse histórico, científico e paisagístico, ou de sua condição de porta sementes, desde que este ato obtenha parecer do CONDEMA.

Parágrafo único: Compete à Prefeitura, através da Divisão do Meio Ambiente, cadastrar, identificar com placas indicativas e preservar as árvores declaradas imunes ao corte.

Art. 10 As espécies a serem utilizadas serão aquelas estabelecidas no Plano Urbano de Arborização da cidade de Uruguaiana (Lei nº 2.016/89, de 23 de junho de 1989).

Art. 11 As espécies constantes no Plano de Arborização somente serão substituídas por outra, após aparecer técnico emitido pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente – CONDEMA.

Art. 12 A destruição ou dano resultante do ato involuntário não isentará o causador de reparar o dano.

Art. 13 Os moradores dos prédios defronte aos quais houver arborização, em vias e logradouros públicos serão responsáveis pelas mesmas, devendo zelar e comunicar à Divisão de Meio Ambiente, por danos a elas causados.

Art. 14 A liberação das podas, retiradas ou substituição de árvores no interior das residências, terrenos e propriedades no perímetro urbano, ficam a cargo da Divisão do Meio Ambiente da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente, seguindo as normas abaixo:

I – Protocolar o pedido com um laudo técnico credenciado que demonstre as reais necessidades da poda ou substituição.

II – Quando o número de árvores for acima de 3 (três), além do laudo, deverá ter aprovação dos técnicos da Divisão do Meio Ambiente, detalhando em formulário próprio o tipo de poda, corte ou substituição a ser realizada.

§ 1º As árvores frutíferas poderão ser podadas em épocas próprias sem prévia consulta.

§ 2º Toda poda realizada pela Prefeitura deverá ser acompanhada por um técnico especializado na matéria.

Art. 15 O CONDEMA deverá emitir os pareceres previstos nesta Lei, no prazo improrrogável de dez (10) dias uteis, findo o qual passará a competência à Divisão de Meio Ambiente da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO RIO BRANCO**



Art. 16 A fiscalização do cumprimento desta Lei ficará a cargo da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente, através do órgão competente.

Art. 17 O Poder Executivo Municipal, no prazo de 90 (noventa) dias, regulamentará a presente Lei.

Art. 18 Revogada a Lei nº 2.369, de 15/09/93, a presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO RIO BRANCO, em 27 de dezembro de 1994.

ELOY TROJAN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Data supra.

Pedro de Los Santos
Secretário Municipal de Administração.